

**EDUCAÇÃO:
HISTÓRIA E
POLÍTICA
UMA DISCUSSÃO
SOBRE PROCESSOS
FORMATIVOS E
SOCIOCULTURAIS**

**Série Educação Geral, Educação Superior e
Formação Continuada do Educador**

Editora Executiva

Prof. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Uniplac/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afranio Mendes Catani – USP

Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Prof. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis Da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Prof. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Prof. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Prof. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Prof. Dra. Margarita Victoria Rodrigues – UFMS

Prof. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Prof. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP – IFPR

Prof. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidade Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Universidad de Granada/Facultad de Ciencias de la Educación

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof. Dr. César Tello – Universidad Nacional de Tres de Febrero

Prof. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad Ciencias de La Educación / Granada

Prof. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Prof. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Prof. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Prof. Dra. Silvina Gvirtz – Universidade Nacional de La Plata



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

MARIA DE LOURDES PINTO DE ALMEIDA
NILSON THOMÉ
(organizadores)

**EDUCAÇÃO:
HISTÓRIA E
POLÍTICA
UMA DISCUSSÃO
SOBRE PROCESSOS
FORMATIVOS E
SOCIOCULTURAIS**

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação, história e política : uma discussão sobre os processos formativos e socioculturais / Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Nilson Thomé (organizadores) – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2012. (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

ISBN 978-85-7891-235-5

1. Educação – Aspectos socioculturais 2. Educação – Brasil 3. Educação e Estado – Brasil 4. Educação – História 5. Pedagogia – Brasil 6. Política educacional 7. Política e educação – Brasil 8. Políticas públicas
I. Almeida, Maria de Lourdes Pinto de. II. Thomé, Nilson.

12-10847

CDD-379.81

Índices para catálogo sistemático:

1. Aspectos formativos e socioculturais : Educação 379.81

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS EDIÇÕES E LIVRARIA LTDA.

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

OUTUBRO/2012

IMPRESSÃO DIGITAL

– IMPRESSO NO BRASIL –

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

PARTE I – POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E PROCESSOS FORMATIVOS

capítulo 1

CAMPO UNIVERSITÁRIO E NOVOS DOUTORES:
DISCUTINDO AS HUMANIDADES NO BRASIL 23

Ana Paula Hey

Afrânio Mendes Catani

capítulo 2

A EXTENSÃO COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA
SOCIOEDUCATIVA DE CIDADANIA: O COMPROMISSO
SOCIAL DO PPGE 39

Marina Patrício de Arruda

Geraldo Augusto Locks

capítulo 3

UMA OUTRA EDUCAÇÃO? UM LUGAR DE EXCLUSÃO?
SOBRE OS CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO NA
VOZ DE ALUNOS E PROFESSORES 57

Virgínio Sá

Fátima Antunes

capítulo 4

EDUCAÇÃO DO CAMPO – PROGRESSO E
DESENVOLVIMENTISMO NA MODERNIDADE:
CONFIGURAÇÕES E CRISES 101

Airton Carlos Batistela

capítulo 5

EDUCAÇÃO POR TRÁS DAS GRADES:
RESSOCIALIZAÇÃO E O FORMAR PARA A
LIBERDADE EM CONDIÇÕES DE NÃO LIBERDADE 127

Márcia Schlemper Wernke

Maria de Lourdes Pinto de Almeida

PARTE II – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E
PROCESSOS SOCIOCULTURAIS

capítulo 6

INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO CENTRO-OESTE
CATARINENSE: INTRODUZINDO A CONSTRUÇÃO
DA SUA HISTÓRIA 147

Nilson Thomé

capítulo 7

EDUCAÇÃO POPULAR: A VEZ E A VOZ DOS EXCLUÍDOS NO
PROCESSO DE “APRENDER A DIZER A PALAVRA” 173

Geraldo Antônio da Rosa

capítulo 8	
O COMPROMISSO COM OS OPRIMIDOS E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DIALÓGICA: CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO POPULAR	205
<i>Ruth Pavan</i>	
capítulo 9	
DIVERSIDADE DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS E HOMOGENEIDADE DE PRÁTICAS EDUCATIVAS NO BRASIL COLONIAL	229
<i>Carmen Lúcia Fornari Diez</i>	
capítulo 10	
A PRODUÇÃO DE IDENTIDADES/DIFERENÇAS NAS NEGOCIAÇÕES ENTRE AS CULTURAS NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO	251
<i>José Licínio Backes</i>	
capítulo 11	
MODELO ABERTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL <i>Lucia Ceccato de Lima</i>	273
capítulo 12	
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO OESTE CATARINENSE: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM EXEMPLO POLÍTICO-AUTOFÁGICO	307
<i>Ludimar Pegoraro</i>	
SOBRE OS AUTORES	325

APRESENTAÇÃO

Assiste-se, neste início de século e de um novo milênio, a uma polarização que não é nova, nem sem importância, e que vem sendo discutida desde o final do século passado, na trajetória do pensamento ocidental – entre razão e vida, experiência imediata e abstração, atualidade e história. Afinal, quem se debruçar sobre o panorama das diversas teorias da história há de ver essa reiterada disputa entre os partidários de uma visão providencialista e aqueles que advogam uma visão experiencial (cíclica) da história.

As informações precisas e atualizadas são fundamentais para a acumulação do capital, principalmente neste início de século XXI, onde o saber se tornou uma mercadoria e o pensamento que calcula age sobre possibilidades sempre novas, corre de oportunidade em oportunidade, nunca medita, segue a velocidade da informação. O acesso à informação tornou-se fundamental para garantir lucro, bem como o seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados, tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados.

Curiosamente, neste início de novo Milênio, há certa moda “ideológica” que enfatiza e tenta nos convencer de que estaríamos nos tempos dos fins da história, do “trabalho” e da “ciência”. O “mercado” parece ter sido um dos únicos conceitos bem sucedidos, pois ninguém parece ter coragem de sepultá-lo ou mesmo de antever a possibilidade de sua morte. Aliás, muito pelo contrário, reforçamos seus ditames, com o acirramento da concentração de renda e das novas formas de exploração, que trazem como consequências imediatas à exclusão social e todas as “novas” formas de perversidades sociais.

Boaventura S. Santos (2005) advoga uma ciência não eurocêntrica, como historicamente foi estabelecida pela sistema de exploração e dominação do centro sobre a periferia. É tempo de descolonização do saber. Neste novo século um movimento que vem do sul reivindica a diversidade epistemológica do mundo. E, mais, há outros conhecimentos para além do conhecimento científico.

Inserida neste caos histórico, econômico e social deste novo século está a Educação. Neste sentido, se faz mister discutir e resgatar a História e estudar suas Políticas, em diferentes períodos e em diversas abordagens, para que possamos entender que é no próprio homem que, em seu ato fundamental do trabalho, potencializa o caminho da humanização. Sabe-se que o trabalho é considerado, aqui, como ação transformadora das realidades, numa resposta aos desafios da natureza, relação dialética entre teoria e prática. Percebe-se que, pelo trabalho, o homem se autoproduz, alterando sua visão de mundo e de si mesmo: do mundo cultural-educativo, do mundo econômico, político, social, com perspectivas éticas e com direitos econômicos de humanização, como prática do capital global. Com o trabalho o homem se afirma e se nega. Aliena-se e liberta-se.

Faz-se mister uma “catarse” gramsciana entre os educadores. Saviani (1993, p. 10) expressa este termo como a superação do senso comum pela consciência filosófica, em que ocorreria a passagem de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita,

degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada. Resta saber até que ponto essa proposta ofereceria elementos que poderiam ser resgatados por uma análise crítica, tornando-os instrumentos para uma perspectiva coerente com os anseios dos oprimidos e excluídos não no sentido de integração num sistema excludente por natureza, mas conforme as possibilidades de se transformá-lo radicalmente.

Na medida em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida, é que ele se constitui propriamente enquanto ser humano.

Esta coletânea foi organizada com capítulos que abordam em diferentes épocas e em diversos espaços geográficos o estudo dos saberes docentes, das práticas pedagógicas e das políticas na história da educação, divididos em duas partes. Na primeira encontraremos capítulos que versam sobre a temática, políticas de educação e processos formativos. A segunda possui discussões sobre história da educação e processos socioculturais.

Abrindo a coletânea temos o texto escrito por Ana Paula Hey e Afrânio Mendes Catani intitulado “Campo universitário e novos doutores: discutindo as Humanidades no Brasil”. O texto procura demonstrar que para se entender o significativo aumento na formação de doutores no país deve-se considerar a inexistência da correlação entre a titulação adquirida e o correspondente posto no mercado de trabalho, uma vez que formação e mercado se constituem em esferas sociais autônomas, reguladas de forma distinta e com lógicas de funcionamento próprias. Para os autores, o incremento dos concluintes no ensino médio e o acesso às Instituições de Educação Superior de grandes contingentes de alunos vão elevar o patamar dos cerca de 3.000 doutores/ano em Humanidades. Hey e Catani não acreditam que haja um excesso de doutores no Brasil, mas, sim, que é necessário se pensar na distribuição regional destes titulados para o fortaleci-

mento das instituições já existentes em todo o território nacional e na elevação da cultura científica do país.

No capítulo dois Marina Patrício de Arruda e Geraldo Augusto Locks analisam a extensão comunitária como estratégia socioeducativa de cidadania: o compromisso social do *Stricto Sensu*, destacando que o compromisso social da Universidade passa pela compreensão da identidade cultural da comunidade na qual se insere. Movido pela busca de um pensamento articulado, professores do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac – desenvolvem ações práticas de cidadania decorrentes de projetos de extensão que relacionam “cidadania, saúde e ambiente”. Assim sendo, para os autores, este artigo objetivou discutir e relacionar as extensões comunitárias, já concluídas ou em andamento, à construção de cidadania. Considerando que cultura é um conceito-chave para a interpretação da vida social por ser ao mesmo tempo una e múltipla, as extensões comunitárias propostas destacam o ser humano como produto e produtor de sua história comprometendo-se com uma “aprendizagem cidadã” cujo exercício cotidiano é realizado com consciência, responsabilidade social e ética da condição humana. Educar o cidadão é identificar padrões culturais, estilos de vida na população para contribuir no desenho práticas mais eficazes para a construção de cidadania. Para produzir um novo tipo de conhecimento é preciso identificar os problemas sociais e culturais para envolver a comunidade numa participação ativa de construção de uma identidade cultural planetária fortalecendo assim, a aprendizagem cidadã.

Na sequência, dois professores pesquisadores de Portugal, do Instituto de Educação da Universidade do Minho, Virgínio Sá e Fátima Antunes, trazem uma discussão extremamente pertinente sobre políticas de educação profissional em Portugal. Segundo os autores, as políticas de educação em Portugal e, genericamente, na Europa têm posicionado a educação profissional num lugar subalterno face à educação geral, por um lado, enquanto paliativo para as

dificuldades e os fracassos do sistema de ensino na escolarização de certos segmentos de jovens e, por outro lado, enquanto alternativa de diversificação dos percursos educativos. O texto versa sobre um estudo em discussão baseia-se numa pesquisa recente, desenvolvida junto de professores e alunos de Cursos de Educação e Formação (CEF), uma oferta curricular de *segunda oportunidade* dirigida a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, com trajetórias de insucesso e em risco de abandono escolar. Os dados empíricos foram recolhidos em quatro escolas de um conselho do norte de Portugal, convencionalmente designado *Terra Chã*. Foram inquiridos 166 estudantes e 49 professores através de inquérito por questionário, tendo ainda sido entrevistados dois diretores das quatro escolas abrangidas pelo estudo. Os objetivos dos autores foram levantar questões quanto ao reforço de tendências de *democratização segregativa*, segundo Merle, no sistema de ensino, ao mesmo tempo em que testemunhamos vozes (de professores e alunos, sobretudo destes) que sublinham um percurso de ruptura e procura de *uma outra educação* e de remobilização, nos CEF, em torno das coisas escolares e da experiência de aprender e progredir.

Não poderíamos deixar de discutir nesta temática da parte um desta coletânea a educação do campo. Airton Carlos Batistela em seu texto educação do campo – progresso e desenvolvimentismo na modernidade; configurações e crises estabelece alguns pressupostos que deram (e dão) sustentação aos caminhos seguidos pelas políticas públicas de educação no Brasil, principalmente a partir de 1960 dirigidas a partir de uma opção de desenvolvimento urbanista. Enfoca a ideia de progresso, desde sua origem clássica, apontando, como os ideais de progresso se transfiguram em um ideal desenvolvimentista (industrialista). Em seguida, o autor descreve as implicações que este determinismo desenvolvimentista passou a ter sobre a educação, e, especialmente a educação do campo.

Dentre a realidade criminológica que vivemos, surgem preocupações com a recuperação do condenado privado de liberdade e a

sua reinserção na sociedade. Finalizando esta primeira etapa do livro, temos um capítulo de Márcia Schlemper Wernke e Maria de Lourdes Pinto de Almeida que discute exatamente esta questão. O capítulo intitulado “Educação por trás das grades: ressocialização e o formar para a liberdade em condições de não liberdade” surgiu de uma pesquisa de mestrado que teve como escopo analisar se a educação formal oferecida nos sistemas carcerários pode ser fator contribuinte na modificação individual, humanização e reinserção social do apenado após cumprir sua pena corporal. Foi questionado também sobre a realidade fática, jurídica e social o papel da educação na contemporaneidade na formação do ser humano, do apenado. Para tanto, a pesquisa fez uso do método histórico-dialético na perspectiva do movimento nas relações sociais, contraditando teóricos, investigando possibilidades, buscando descobrir dentro da eficácia da sanção penal imposta, resultando na síntese do problema, ou seja, se a educação é ou não fator preponderante no contexto: ressocialização.

Abrindo as discussões sobre história da educação e processos socioculturais temos o capítulo elaborado por Nilson Thomé instituições escolares no centro-oeste catarinense. Inserido nos estudos regionais de História da Educação Brasileira, neste artigo o autor aborda seus trabalhos na temática da História das Instituições Educativas no Centro-Oeste do Estado de Santa Catarina. A partir da apresentação do vocábulo “Contestado”, que identifica esta região geográfica, o texto expõe a base teórica, o método adotado, as estratégias utilizadas para o levantamento de fontes, aproveitamento de memórias e de arquivos, a coleta de dados, a análise e construção de históricos de instituições regionais, com destaque para as escolas, resultado de trabalhos conjuntos de historiadores e pedagogos.

Geraldo Antônio da Rosa vai analisar a educação popular: a vez e a voz dos excluídos no processo de “aprender a dizer a palavra”. Este trabalho teve como ponto de partida uma pesquisa realizada no 2º semestre de 2008, no Assentamento 1º de maio no Município de Curitiba, Estado de Santa Catarina, propondo-se analisar o pro-

cesso de educação popular relacionando-a a vez e a voz dos excluídos no processo de “aprender a dizer a palavra”. A População pesquisada foram as lideranças do assentamento, professora e alunos da comunidade. Buscou-se analisar o projeto educativo da Escola de Campo da Fazenda Bela Vista, construído no assentamento, bem como a educação popular implementada pela referida comunidade e o referencial teórico que norteia as atividades educacionais do movimento e de seu projeto educativo.

Ruth Pavan discute no capítulo oito o compromisso com os oprimidos e a prática pedagógica dialógica, as contribuições de Paulo Freire para a educação popular. O capítulo analisa a importância que Freire tem para a educação popular. A referência de análise é a própria teoria de Freire, pois entendemos que ele continua fundamental para pensar a educação numa perspectiva crítica e popular. O campo de análise são os trabalhos apresentados no GT de Educação Popular da ANPEd no período de 2003 a 2007. Foi feita uma pré-análise por meio da qual percebemos que, dos 62 trabalhos aprovados para a apresentação, 39 mencionam Freire. A segunda fase da pesquisa consistiu na análise minuciosa desses 39 trabalhos. Freire é utilizado principalmente para destacar sua importância para a educação popular nas décadas de 1960 e 1970 e para fundamentar a prática pedagógica dialógica e o compromisso com os oprimidos. Concluímos que, apesar de Freire ser citado na maioria dos trabalhos listados para a apresentação, sua presença no GT é menor do que o potencial de Freire, uma vez que os interesses e as causas defendidas por ele estão umbilicalmente ligados aos interesses e causas da educação popular.

Carmen Lúcia Fornari Diez nos traz um texto advindo de uma pesquisa acadêmica que, teve por norte, identificar práticas educativas no Brasil Colônia. O objetivo segundo a autora era desconstruir a concepção assente da História da Educação de que neste período a educação foi majoritariamente jesuítica e tinha como fundamento a erudição dos homens da Companhia de Jesus. A arque-genealogia de

Foucault foi a opção metodológica para a pesquisa, por eleger como fontes os *bas-fonds*, as informações situadas nos espaços marginais à área de conhecimento central do objeto. Ou seja, para Diez, foi possível pensar na História da Educação Brasileira – a partir de outras histórias que lhes são periféricas, como as da Igreja, dos homossexuais, dentre outras, as quais possibilitaram identificar diversas práticas educativas no período recortado. Essa busca nos *bas-fonds* da educação no período colonial trouxe elementos que permitem contestar a história tradicional e mostrar que sua escritura não primou pela tão propalada neutralidade científica, constituindo o viés do «jesuitismo»; desconstruir a concepção da exclusividade das ações educativas jesuíticas e do elevado padrão de erudição que lhes era atribuído; inferir que a educação ao encargo dos religiosos, partindo de uma diversidade de agentes, pautava-se em práticas similares que, em nome de Deus e de Portugal, escravizavam a população nativa; abrir leques de novos objetos para pesquisas e reflexões sobre a trajetória da Educação Brasileira.

Não poderíamos de deixar de demonstrar uma pesquisa que fosse vinculada a escola já que nosso norte de discussão na coletânea é a História da Educação. No capítulo dez encontraremos um texto de José Licínio Backes intitulado “a produção de identidades/diferenças nas negociações entre as culturas no contexto do ensino médio”. O texto analisa a produção de identidades/diferenças que ocorre na negociação entre a “alta” cultura e a cultura popular. Está inspirado no campo teórico dos Estudos Culturais Pós-Estruturalistas, portanto, concebe a cultura como central, produtora de significados atravessados pelas relações de poder, articulados com o campo social. Além disso, enfatiza a linguagem no processo de construção das identidades/diferenças, assumindo o caráter precário dos significados até então vistos como incontestes. A linguagem é instituinte da realidade, articulada com relações de poder – e tal vinculação entre poder e conhecimento é estreita. Para o autor, isso muda totalmente a compreensão dos sujeitos, das identidades, das diferenças. Os

sujeitos não são centrados, as identidades e as diferenças não são naturais, nem essenciais, são produzidas social e culturalmente, atravessadas pelas relações de poder, isto é, as identidades e as diferenças são produzidas por meio de processos de negociação. Foram pesquisados estudantes de Ensino Médio de uma escola particular, recorrendo à observação nas aulas, nos interséries, na hora de entrada e saída do colégio. Eles fizeram redações e debates sobre temas propostos em conformidade com os objetivos da pesquisa. Foram ainda realizadas entrevistas semiestruturadas com os estudantes. A análise mostrou que há um processo de produção de identidades/diferenças por meio da negociação entre as diferentes culturas. Não há uma simples troca de lugar ou inversão. Há formas híbridas de identidades/diferenças sendo produzidas. Segundo o autor, desenvolver a pesquisa no contexto da escola particular corroborou com a ideia de que toda e qualquer identidade/diferença é produzida por meio de processos de negociação. Para Licínio, não só as identidades/diferenças historicamente excluídas, mas qualquer identidade/diferença, no seu contexto, entra em processos de negociação, mostrando o caráter ambivalente e construído das identidades/diferenças.

Lucia Ceccato de Lima finaliza a coletânea trazendo para a pauta o debate sobre o modelo aberto de educação ambiental. Para a autora, o planejamento e a implantação de unidades legais de gestão ambiental tem sido conflituosas, gerando impasses sociais e econômicos. Esses conflitos geram movimentos cognitivos, emocionais e afetivos que de alguma forma contribuem para o aprender com o operar. A Educação ambiental, para Lima, como um processo mediador, possibilita a construção coletiva do processo de desenvolvimento sustentável para os setores produtivos, com uma proposta metodológica aberta, cujo o modelo é gerar soluções a partir da participação social. Neste sentido, entende-se que a educação ambiental formal e não-formal é um processo de práxis educativa, que tem por finalidade a construção de valores, atitudes, conceitos, habilidades, normas, saberes e práticas partilhadas para a construção

de um estilo de pensamento que contribua para a cidadania ambiental. Buscando compreender e contribuir com essa dinâmica social foram realizadas inúmeras e múltiplas ações pedagógicas de educação ambiental na região serrana de Santa Catarina de 2001 a 2006. Esse movimento, segundo a autora, resultou na elaboração de um modelo aberto de educação ambiental que é mediado pela percepção ambiental dos atores sociais envolvidos, entendendo percepção como a integração das dimensões biológicas, psicológicas e sociais. Assim, a proposição do Modelo Aberto de Educação Ambiental com o paradigma da abertura transdisciplinar mediado pela percepção ambiental dos atores sociais envolvidos, para Lima, resultará na construção coletiva das soluções para os problemas ambientais locais.

Finalizando as discussões temos a discussão elaborada pelo Prof. Ludimar Pegoraro do nosso programa *Stricto Sensu* que aborda a implantação de políticas educacionais de educação superior, no Oeste de Santa Carina, (origem no final dos anos de 1960 e início de 1970), durante o período de expansão da educação superior no Estado, que teve início no princípio de 1960 até nossos dias. Neste recorte temporal o autor destacará o Projeto da Federação de Fundações do Meio-Oeste Catarinense (Femoc), criado em agosto de 1980. A criação da federação, segundo Pegoraro, foi resultante da aglutinação de forças das instituições de educação superior da região para impedir a criação da Universidade Federal do Oeste de Santa Catarina, que teria como sede a cidade de Chapecó. A Femoc foi se estruturando e, no final dos anos de 1980, se transformou no projeto de criação da Universidade do Meio-Oeste Catarinense (Unimoc). Esses projetos, por causa das disputas político-regionais, segundo Ludimar, foram abortados. O texto intitula-se “Educação Superior no Oeste Catarinense: considerações sobre um exemplo político-autofágico”.

Para a constituição das análises desses fenômenos, esse trabalho estará dividido em duas partes interdependentes. Na primeira, enfocaremos, brevemente, a educação superior em Santa Catarina e,

na segunda, detalharemos o nascimento da ideia e o desenvolvimento do projeto Femoc/Unimoc. Para finalizar, em cada parte do texto, faremos considerações, apresentando, a partir do contexto, as implicações sociais dessas políticas.

Neste livro, os autores tentaram mostrar ao leitor, a partir de investigações científicas, o quanto se faz mister discutir a construção do processo de educação em diferentes temáticas vinculadas a ampliar a compreensão a partir de uma parte, da totalidade concreta de diversos temas em tempos e espaços historicamente diferenciados. Portanto, segundo os autores deste livro, é possível problematizar a educação em diferentes tempos históricos, em espaços escolares ou não, tendo por base diferentes sujeitos em diferentes abordagens teórico-culturais.

Os textos aqui reunidos exemplificam a diversidade e a riqueza da produção acadêmica na área de Políticas e História da Educação. As análises que se pautam por múltiplos referenciais e constroem seus objetos de investigação buscando potencializar a fertilidade da compreensão no âmbito dos estudos do tema. Uma leitura extremamente útil a profissionais e estudantes de graduação e pós-graduação na área educacional.

Nessa reflexão é imprescindível ter presente o papel da educação para o desenvolvimento histórico do país, e o papel desta na busca de uma sociedade mais justa, menos excludente e mais democrática. O debate está lançado e a comunidade acadêmica tem muito a contribuir. Esta publicação busca cooperar também nesta direção.

Maria de Lourdes Pinto de Almeida
Nilson Thomé
Lages, fevereiro de 2012

Referências

- SANTOS, B. S. (2005). “Introdução: para aplicar o cânone da ciência: a diversidade epistemológico do mundo”, in: SANTOS, B. S. (org.) *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SAVIANI, Demerval (1993). *Do Senso Comum à Consciência Filosófica*. Campinas: Autores Associados, p. 10.